

# Perícia da PF não detecta ACM falando “lista” na fita

DANIELA PINHEIRO E  
FABIANO LANA

A perícia da Polícia Federal nas fitas com conversas gravadas entre o senador Antonio Carlos Magalhães e os procuradores Luiz Francisco e Guilherme Schelb diverge da versão apresentada pelos peritos da Unicamp no Conselho de Ética do Senado. A nova degravação das fitas foi feita pela PF a pedido do corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma. Na versão da Polícia Federal, não existe o trecho em que ACM afirmaria ter lido a lista com os votos do plenário no processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão. Não existe sequer a palavra “lista”. De acordo com a degravação da Unicamp, a frase de ACM é: “Temos a lista. A Heloísa Helena votou nele. Eu tenho todos que votaram nele”. No relatório da PF é: “Heloísa Helena votou nele”. Só.

Outra discrepância entre as degravações fica evidente no

mesmo assunto do suposto voto contrário à cassação de Estevão dado pela senadora Heloísa Helena. Ao responder à pergunta do procurador Luiz Francisco sobre a razão pela qual a senadora teria votado contra, ACM dá uma resposta diferente em cada relatório. No texto da Unicamp, ACM sugere que o senador Renan Calheiros teria tratado do assunto com Heloísa Helena. “Renan que tratou isso. Foi e bateu, bateu”, diz. Na versão da polícia, a frase é desconexa no contexto da conversa: “Para ele não achar que a gente foi e bateu, bateu”.

Mais adiante, quando ACM comenta ter sido procurado por alguém para justificar o voto pró-Luiz Estevão de Heloísa Helena, outra frase diferente. Para a Unicamp, ACM diz: “Depois ela veio (ininteligível), veio e xingou, meio mole, dizendo: doutor...”. Em seguida, ouve-se uma tosse e ACM completa: “admitiu que ela tivesse votado”. A frase dá a en-

tender que a própria Heloísa Helena teria procurado ACM para se justificar. Segundo o relatório da PF, ela é ele. E tem nome: a transcrição fala em “Hélio”. “Depois, Hélio veio (ininteligível) verificou, meio mole, dizendo, doutor...”. Constatata-se a mesma tosse, mas a frase é outra. Em vez de “admitiu que tivesse votado”, a PF diz ser “admitiu que ele tivesse comprado”.

Outra diferença diz respeito à menção ao ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira. Há duas frases de ACM sobre Eduardo Jorge transcritas no relatório do perito Ricardo Molina, da Unicamp, que simplesmente não existem na degravação da PF. A primeira é quando o assessor do senador, o jornalista Fernando César Mesquita, fala que o Ministério Público da Amazônia estaria investigando denúncias na Sudam. Ele diz que um empresário teria sido grampeado em conversas em que falava sobre a vi-

da de políticos. Na transcrição da Unicamp, depois da frase de Fernando César, ACM aparece dizendo: “... e no meio, o Eduardo Jorge”. A frase de ACM sugere que Eduardo Jorge foi objeto da conversa do empresário. E que, indiretamente, ACM o acusaria. Na degravação da PF, é o próprio Fernando César quem cita Eduardo Jorge em uma frase desconexa. “(...) pegou um empresário suspeito e nas gravações telefônicas, esse empresário fala sobre a vida de políticos.” Aqui há um ponto final e uma outra frase se inicia. As únicas palavras da frase são “Eduardo Jorge”. A segunda menção a Eduardo Jorge que teria sido feita por ACM, de acordo com a perícia da Unicamp, é quando o senador sugere a quebra de sigilo telefônico de Eduardo Jorge desde 1994. A Unicamp afirma que a frase é: “Por que não quebrar o sigilo de 94?”. De acordo com a versão da PF, quem diz a frase é o procurador Guilherme Schelb.